

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# FLORESTAN FERNANDES, ANALISTA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1978-1985): TENSÕES PRODUTIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Thais Florencio de Aguiar, Alexander Couto Englander, Ronaldo Tadeu de Souza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13306>

Submetido em: 2025-09-10

Postado em: 2025-12-05 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: O estudo foi atualizado e ampliado, agregando novas leituras e reflexões após debates com colegas durante a 49o. Encontro da Anpocs.

**FLORESTAN FERNANDES, ANALISTA DAS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1978-1985): TENSÕES  
PRODUTIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS**

**THAIS FLORENCIO DE AGUIAR**

**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7951-7920>**

**[thais.aguiar@gmail.com](mailto:thais.aguiar@gmail.com)**

**Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil**

**ALEXANDER COUTO ENGLANDER**

**ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>**

**[alexcoueng@gmail.com](mailto:alexcoueng@gmail.com)**

**IESP-UERJ e URCA. Rio de Janeiro, RJ; Crato, CE, Brasil**

**RONALDO TADEU DE SOUZA**

**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5602-7064>**

**[ronaldolais@yahoo.com.br](mailto:ronaldolais@yahoo.com.br)**

**Cedec-Centro de Estudos em Cultura Contemporânea. São Paulo, SP, Brasil**

**RESUMO:** Este artigo desenvolve três propostas: 1ª) percorre a concepção de ciência política que se tornou predominante nas ciências sociais brasileiras a partir dos anos 1980, com a influência determinante na constituição da disciplina por parte de politólogos como Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos; 2ª) argumenta que, nesse mesmo momento, seguia um outro tipo de “ciência política”, aquela empreendida por Florestan Fernandes nas intervenções que realizou ao analisar a transição, a constituinte e as instituições democráticas que se formavam no período. Esta pesquisa usa como método de análise ferramentas da sociologia e da história dos intelectuais, recorrendo, em menor medida, à teoria do campo científico de Bourdieu. Concluimos que Fernandes elabora um estilo de estudo da política que nomeamos de

*ciência política sociologicamente orientada-perturbada*, por compreender os regimes políticos para além de suas manifestações institucionais, investigando como sociedade e política se constituem mutuamente. Dessa maneira, pondera os limites do modelo de democracia que os autores em tela propunham no contexto de debates no contexto do fim da ditadura militar.

**Palavras-chave:** ciência política, transição, democracia, autocracia, Florestan Fernandes.

## FLORESTAN FERNANDES, ANALYST OF POLITICAL INSTITUTIONS IN REDEMOCRATIZATION (1978-1985): PRODUCTIVE TENSIONS IN BRAZILIAN SOCIAL SCIENCES

**ABSTRACT:** This article develops three propositions: (1) it problematizes the conception of political science that became predominant in Brazilian social sciences from the 1980s onward, shaped decisively in the discipline's formation by Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis, and Wanderley Guilherme dos Santos; (2) and it argues that, at this very moment, another type of political science was emerging—namely, that undertaken by Florestan Fernandes in his interventions analyzing the transition, the constituent assembly, and the democratic institutions taking shape in that period. This research employs, as its analytical method, tools from sociology and the history of intellectuals, drawing to some extent on Bourdieu's theory of the scientific field. We conclude that Fernandes elaborates a style of studying politics that we designate as *sociologically oriented–disrupted political science*, insofar as it understands political regimes beyond their institutional manifestations, investigating how society and politics are mutually constituted. In this way, it considers the limits of the model of democracy advanced by these authors in the context of debates at the end of the military dictatorship.

**Keyword:** political science, transition, democracy, autocracy, Florestan Fernandes.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Agradecemos as críticas e sugestões feitas à primeira versão deste texto por colegas presentes no GT 44, Ciências Sociais em perspectiva local, nacional e transnacional: ideias, instituições e agentes, no 49º Encontro Anual da Anpocs (outubro de 2025), em especial, Felipe Maia, Lidiane Soares Rodrigues, Carlos Benedito Martins, Conrado Pires de Castro e João Marcelo Lima Barra. Nesta segunda versão, que ainda não é a versão final a ser publicada, agregamos parcialmente nossas reações às suas contribuições.

Não estaríamos cometendo nenhum equívoco se afirmássemos que as ciências sociais brasileiras possuem quatro fases constitutivas. Se considerarmos, de maneira articulada, o *Prefácio* (1967) de Antonio Candido ao livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio de Holanda, e o artigo *Livros que inventaram o Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso, nossos estudos sobre sociedade, a que vivemos em particular, iniciaram com os ensaios de interpretação da década de 1930, com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. (cf. Candido, 1967; Cardoso, 1993). Na década de 1950 na USP, a construção de uma sociologia profissional passa a organizar os termos do debate, Florestan Fernandes (a sociologia paulista) exigia que sociólogos se formassem ancorados em fortes princípios teórico-metodológicos com vistas ao entendimento da realidade que os cercava, e no Rio de Janeiro, o ISEB, propunha uma ciências sociais que promovesse o desenvolvimento nacional. No final dos anos 1970 e inícios dos 1980, com a nacionalização da pós-graduação, as ciências sociais atravessariam momento decisivo. Dois fatos delineiam esse período: a criação em 1976 da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a consolidação e profissionalização da ciência política como área específica de estudo. A última fase, a estamos presenciando neste exato instante, pois com a entrada, nas universidades públicas, de alunos e alunas negros (pretos e pardos) e indígenas decorrente de luta histórica por ações afirmativas provocou uma “revolução” histórica nos modos de se fazer ciências sociais – circulação de bibliografia antes ausente, debates sobre pressupostos teóricos, contestação de epistemologias e desafio aos cânones da sociologia, da ciência política e da antropologia são aspectos que podem ser considerados inaugurando novo quadro de referência.

Dentre as fases que elencamos, a terceira tem um aspecto bastante relevante na organização das ciências sociais contemporâneas no Brasil. Nessa etapa ocorre dupla ruptura – descontinuidade se se preferir. Não só se busca demarcar diferenciações com os ensaios de interpretação dos anos 1930; a sociologia, sobretudo a paulista, também passava por processos de impugnação. Aqui a ciência política, seus construtores, formuladores e divulgadores (Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos) têm um papel fundamental. É ela, e seus proponentes na ocasião, que vão pleitear diante daquela, o lugar de promoção da verdadeira ciência. A principal figura que, por consequência, acabava sendo enfrentada enquanto representante da sociologia paulista era Florestan Fernandes, sua obra construída ao longo de quatro décadas e,

sobretudo, sua linguagem marxista inscrita nas ciências sociais. Assim, nos propomos neste trabalho a analisar as controvérsias que se estabeleceram em torno do problema do sentido de engendrar uma ciência política. Em foco, estão os escritos de Florestan Fernandes, precisamente, dos anos 1978 a 1986. Argumentamos que nesses artigos, discursos e intervenções do mestre da Maria Antonia e publicista marxista-revolucionário se erigiu “uma ciência política sociologicamente orientada”.

Elaboramos dessa maneira nossa exposição: na seção que se segue, apresentamos primeiro, em linhas gerais, a formação do campo da ciência política nos anos 1980; o interesse será na sua trajetória geral e de suas mais importantes figuras naquela conjuntura. Na segunda seção apresentamos uma interpretação da trajetória intelectual de Florestan Fernandes nas décadas de 1970 e 1980, na qual demonstramos como o autor se envolveu mais profundamente com a ciência política e o sentido que conferiu a esse envolvimento. Na terceira seção, de importância neste ponto é compreender como Florestan Fernandes, acadêmico rebelado, declaradamente marxista e escritor revolucionário, analisa o processo de transição para a democracia nos escritos do período entre 1978 e 1985 (reunidos nos livros *Brasil em compasso de espera*, *Movimento Socialista e Partidos Políticos*, *A ditadura em questão* e *Que tipo de república?*). Ainda nesta parte, também utilizamos três textos de Florestan Fernandes publicados posteriormente, entre 1987 e 1989, período em o autor incluiu de forma sistemática os intelectuais negros e o movimento negro em suas análises e teorizações sobre o processo de democratização. Na quarta seção, argumentamos mais detidamente o papel de Florestan no desenvolvimento de uma “ciência política sociologicamente orientada” e “perturbada” que configura tensões produtivas no campo disciplinar.

Em termos metodológicos, trata-se de realizar a articulação entre os textos de Florestan, de seus intérpretes e interlocutores do período de 1978-1985 sobre a redemocratização, situando essa trama interpretativa no contexto histórico e político mais amplo das disputas nas ciências sociais brasileiras. Nesse ponto específico, recorre-se, em certa medida, à teoria do campo científico de Pierre Bourdieu, para investigar o momento de transição entre prestígio acadêmico e capital político, momento esse em que Florestan incorpora elementos de sua interpretação marxista da política ao seu perfil de publicista radical. Também realiza-se a análise do produto simbólico das controvérsias entre intelectuais em nossas ciências sociais acerca do entendimento das direções da

redemocratização, ou seja, o modo como as ideias se convertem reflexivamente em forças sociais nesse contexto.

## 1. CAMPOS EM DISPUTA: DA SOCIOLOGIA À CIÊNCIA POLÍTICA

Em artigo, Célia Galvão Quirino narra de maneira breve a história do departamento de ciência política da USP e podemos aprender que os estudos de política em São Paulo compunham o currículo disciplinar da cadeira de sociologia. Nessa, a política, ou a Ciência Política, não era ensinada como ciência. Epistemologicamente com enfoque na Sociologia Política, predominava, nas lições em sala de aula, o problema da natureza do Estado e da relação do Estado com a sociedade (Quirino, 1994, p. 337). Em geral a responsabilidade do curso estava sob a estrutura pedagógica da Sociologia Geral e Sociologia Especial; a Paul Arbousse-Bastide era confiada a coordenação e chefia delas. Por determinação do governo federal — Decreto Federal nº 12511 de julho de 1941 — os cursos de ciências sociais necessitaram passar por ajustes organizacionais (burocráticos e administrativos). Tais mudanças, “não transformar[am] o conteúdo [das disciplinas] já existentes, [porém] consolidaram certa autonomia do ensino da Política ao estabelecer a Cadeira de Política” (Quirino, 1994, p. 340). Em 1954, Lourival Gomes Machado, um dos primeiros pesquisadores brasileiros a se dedicar ao pensamento de Jean-Jacques Rousseau, foi conduzido para a Cadeira de Política – sendo levado para ela por Arbousse-Bastide. Após defender tese de doutorado e porque esse vai para o Rio de Janeiro trabalhar na embaixada francesa, Lourival Gomes Machado assume a Cátedra. Pode-se dizer que ele foi o primeiro acadêmico nativo a ser professor de ciência política. Cerca de uma década depois, dois eventos marcam não só a história interna do Departamento de Ciência Política da USP como da ciência política no Brasil. O primeiro foi a ida de Gomes Machado, em 1963, para a Unesco; o segundo foi o golpe militar-civil-empresarial de 1964. Completa este quadro, a morte de Lourival Gomes Machado no ano de 1967 e o AI-5 que cassou e aposentou diversos professores na Universidade de São Paulo, entre os quais estavam Paula Beiguelman e Fernando Henrique Cardoso, ambos da Cadeira de Política.

Essa pequena história do ensino de política na USP contada por Célia Galvão Quirino bem poderia ser suficiente para apresentar o capítulo sobre a gênese da ciência política entre nós. Contudo, quase em concomitância com a própria evolução do *Departamento de ciência política da*

*USP* (título do artigo de Galvão Quirino), se constituem elementos que, eventualmente, informam variações na formação da ciência política brasileira. Três personagens são determinantes aqui: Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos. A compreensão acerca do início de nossos departamentos de política (nas ciências sociais) não pode ser empreendida sem que tratemos, mesmo que brevemente, a posição acadêmica dessas três importantes personalidades na institucionalização da pós-graduação em ciência política. E, já nesse momento de elaboração do argumento deste artigo, interessa asseverar que o projeto de construção da ciência política por eles erigido como disciplina, como campo de estudos autônomo da política, tinha no horizonte, a intenção de confrontar a sociologia e suas modalidades de explicação e entendimento da política, sobretudo a sociologia paulista do tipo que praticava Florestan Fernandes; essa era, na ocasião, lida como detentora de prestígio e consagração nas ciências humanas brasileiras e, sobretudo,, mais marcadamente, nesse período de Guerra Fria, lida como de matiz marxista.

É consenso entre pesquisadores e pesquisadoras (Forjaz, 1997; Keinert e Silva, 2010; Leite, 2010; Lemos, 2014; Rodrigues, 2021) que a Ciência Política brasileira emergiu, a rigor, em dois Estados, nenhum deles sendo São Paulo. Com efeito, “como disciplina acadêmica [...] [ela se originou] nos grupos geracionais [...] mineiro e carioca” (Forjaz, 1997, p. 1). Os *locus* institucionais de germinação foram o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Nesses dois centros de ensino superior e de pesquisa formaram-se Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos<sup>2</sup>. Os três impulsionadores dessa ciência política de novos métodos tinham a característica comum de terem estudado o doutorado nos Estados Unidos — o Estado-nação onde foi construída e a partir do qual foi difundida a Ciência Política tal como a conhecemos hoje. De modo que, na biografia institucional-acadêmica dessas lideranças iniciais da investigação científica da política, podemos verificar que Fábio Wanderley Reis defende tese na Universidade de Harvard, em 1974; Wanderley Guilherme dos Santos realiza o doutoramento na Universidade de Stanford, em 1975 e Bolívar Lamounier recebe treinamento doutoral na Universidade da Califórnia, Los Angeles, em 1974.

---

<sup>2</sup> Outros nomes da disciplina também pertenceram às duas instituições: Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Junior, Renato Boschi e José Murilo de Carvalho (Forjaz, 1997).

Com o objetivo de delinear precisamente o que a Ciência Política estuda — e deve estudar — a elaboração dos precursores convergem para a defesa bem pensada de que o produto da disciplina tinha de enfatizar a autonomia da política; nos termos de Baptista Leite (2010, p. 155), o enfoque politicista considera sobremaneira “a política institucional”. Em contraposição ao societalismo — que desconsidera e é “exterior a política institucional como fator analítico” — a Ciência Política é motivada, para Reis, Santos e Lamounier, por um regime de investigação que observa a organização das instituições políticas e como os agentes, racionais (ou não), ali atuam e interagem. Portanto, ao não submeter a política à “realidade social, [...] econômica e cultural” (Forjaz, 1997) — o que esse grupo de mineiros e cariocas (no DCP-UFMG e no IUPERJ) estavam fazendo era instituir a política como matéria independente de investigação em relação a outras esferas.

Acima afirmamos que um dos eventos a evidenciar os aspectos distintivos da história da Ciência Política brasileira havia sido o golpe de 1964. Por que? Após o golpe, o país atravessaria um longo período de transição para a democracia. Nesse processo, o tipo de Ciência Política de Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos teve um papel decisivo. Embora seja necessário salientar que esses intelectuais não formassem um grupo com ideias, posições políticas e agendas de pesquisa coesas entre si — dos Santos, em especial, destoa do trio em função dos trabalhos teóricos e da defesa de certa perspectiva interdisciplinar —, compartilhavam um horizonte semelhante no período inicial de formação da disciplina que objetivavam erigir. Essa não deveria se restringir apenas ao âmbito das disputas por reputação e legitimidade nas ciências sociais — seu *ethos* formativo entendia ser da sua “responsabilidade” informar a sociedade brasileira quais os arranjos procedimentais que garantiriam a passagem estável para a democracia e os modelos institucionais para que ela melhor operasse diante dos desafios no pós-ditadura. De modo que, a almejada autonomia da política, por oposição ao societalismo (que vigorava na Escola Paulista de Sociologia) e, principalmente, ao marxismo (eram tempos de Guerra Fria, devemos lembrar), tinha de preconizar na construção de nossa democracia os aspectos, fundamentais e primordialmente, institucionais. Reproduzindo os padrões de investigação e atuação da Ciência Política estadunidense (Feres, 2000), Lamounier, Reis e Santos forjaram configurações explicativas que estavam articuladas com a reforma e desenho institucional da política: com efeito, “a obsessão pelos

mecanismos formais da [ordenação] democrática explica-se em função [do projeto de edificar]” (Keinert e Silva, 2010, p. 93) no Brasil um modelo organizativo estável. Segundo Lidiane Soares Rodrigues, a Ciência Política dos anos 1980, em especial, os três acadêmicos líderes do campo, ambicionavam promover, precisamente, a interação entre política e prática científica (Rodrigues, 2021, p. 161). Bem entendidas as coisas: não se tratava de inserir a disciplina no jogo cotidiano dos partidos, ou mesmo em efervescentes instâncias da sociedade civil, mas de trabalhar, direta ou indiretamente, onde conviesse, para que a Ciência Política orientada por estudos metodológicos sofisticados — sobretudo, estatística, survey eleitoral, entrevistas (Rodrigues, 2021, p. 154) — ofertasse modalidades consistentes, equilibradas, no processo de democratização (Keinert e Silva, 2010, p. 93).

A assimetria na abordagem sobre questões de ordem sociomaterial ficava evidente na criação de nossa Ciência Política, de modo que classes sociais, violência, concentração de capital, reforma agrária, racismo e paradigma econômico eram elementos secundários ou marginais nas formas de fazer pesquisas e nos horizontes de institucionalização da disciplina de Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos.

A sociologia de Florestan Fernandes e o marxismo, desse modo, tendiam a ser questionados como recursos explicativos tanto da transição para a democracia, como do próprio sentido que essa teria no interior do quadro de referência histórico-social brasileiro ao qual estava sendo construída. Os estudos especializados em sociologia intelectual, da cultura e dos campos científicos que abordam o contexto em análise são consensuais sobre isso. Considerado estéril por sua fácil sedução e demasiadamente ambicioso por seus componentes programáticos, o marxismo era visto como obstáculo para a formação técnica em pesquisa, algo em que os círculos acadêmicos politólogos dos Estados Unidos tinham se tornado uma verdadeira máquina (Cf. Rodrigues, 2021, p. 152). Mesmo Forjaz, mais próxima do projeto de fazer emergir entre nós uma “verdadeira” Ciência Política, admite no artigo já referido — *A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais* — que a “rejeição ao marxismo como paradigma teórico, [à] militância política dos anos 60 [e à sociologia paulista]” (1997) consubstanciavam o horizonte de inserção nas ciências sociais de Lamounier, Reis e Santos. Com isso, consequentemente, o principal representante no período,

sobretudo da sociologia paulista e do marxismo, Florestan Fernandes<sup>3</sup>, terminava sendo questionado. Não se tratava de um confronto direto, de uma arena em que acadêmicos e intelectuais digladiam abertamente, nem mesmo debates francos na imprensa; mas sim de objeção criteriosamente refletida ao programa institucional universitário do mestre da Maria Antonia – julgado então por muitos o “ponto de partida para o desenvolvimento efetivo das ciências sociais no Brasil” (Keinert e Silva, 2010, p. 81). Com efeito, a sociologia teórico-marxista do autor de *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* era, fortemente, questionado nomes fortes dos grupos mineiro e carioca que, em termos epistemológicos, situavam as premissas constitutivas da Ciência Política, a partir de uma matriz estadunidense, de formação “americanizada”. Já o núcleo do empreendimento das ciências sociais florestaniana orientava-se não apenas para implantar “uma sociologia rigorosamente científica” (Leite, 2010, p. 170): Fernandes e o grupo de sociólogos que reúne estavam “profundamente preocupad[os] com os problemas socioeconômicos do país” (Leite, 2010, p. 170).

Assim, de um lado, podemos afirmar que a batalha travada por Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos na defesa de uma Ciência Política baseada em métodos científicos aprendidos nos departamentos de ciência política estadunidense pautou a construção da ciência política nacional tal como pensada desde suas formações e suas instituições acadêmicas, DCP-MG e IUPERJ. Por outro lado, podemos considerar que o tipo de transição do regime ditatorial para a democracia (a transição pactuada) e a própria democracia conforme deveria ser prescrita, isto é, uma democracia de padrões institucionalista e formalista e até schumpeteriana e huntingtoniana (Cf. Vitulo, 2001 e Tricarico, 2023), foram vitoriosos tanto no meio acadêmico quanto no processo político nacional. A Ciência Política se consagrou como uma das principais disciplinas não só das nossas ciências sociais — com forte peso nas faculdades, institutos, departamentos e nas associações e encontros de área — como também das humanidades.

---

<sup>3</sup> Neste aspecto importa ponderar que Florestan Fernandes foi assim lido e, “estrategicamente”, interpretado pelos construtores da ciência política na ocasião que estamos tratando; contudo, por óbvio, ele absolutamente não representava sozinho o marxismo nas nossas ciências sociais, tanto porque já nesse momento, meados dos anos 1980, o sociólogo já tinha se afastado das suas atividades acadêmicas e passado a publicista radical-revolucionário, intelectual engajado, como porque no período o marxismo era expressado na produção de outros grupos universitários e intelectuais: lembremos, aqui, apenas do *Seminário Marx sobre o O Capital* na USP (Cf. Arantes, 1994; Giannotti, et al., 2017), e das intervenções de um teórico político e social gramsciano tão importante como Carlos Nelson Coutinho - e seu controvertido *A democracia como valor universal* publicado em 1979 na *Revista Civilização Brasileira* e transformado em livro que leva o mesmo nome do ensaio nos anos 1980 (Cf. Coutinho, 1979).

Entretanto, havia uma narrativa a contrapelo sendo escrita na história brasileira, se não no âmbito disciplinar de nossa Ciência Política, ao menos nos estudos críticos sobre a política na conjuntura que estamos averiguando. Aqui, irrompe o que estamos nomeando de ciência política sociologicamente orientada e “perturbada” de Florestan Fernandes. Ela nos possibilita outra linguagem na compreensão dos limites e das potencialidades da transição e da democracia instituída em 1985 e nos oferece uma alternativa ao paradigma predominante da ciência política institucionalmente orientada, compartilhado por Lamounier, Reis e Santos. Como Miguel e Ballestrin (2025) sugerem, no momento histórico contemporâneo, constituído por múltiplos desarranjos, a crise da democracia tem provocado uma crise teórica e disciplinar no interior da própria ciência política, que até o momento foi incapaz de compreender a complexidade do fenômeno, evidenciando a limitação de seus modelos teóricos de democracia e da sua capacidade preditiva (inspirada nas ciências exatas). Nesse contexto, a investigação das análises de Florestan Fernandes sobre a redemocratização pode ser considerada, também, um exercício de reflexividade disciplinar, na busca de uma gramática que abarque a incorporação das desigualdades e injustiças sociais como elementos fundamentais para a compreensão dos limites e da instabilidade das democracias realmente existentes. Vejamos.

## **2. A NATUREZA SOCIOLÓGICA DA POLÍTICA: A RECONFIGURAÇÃO DO PERFIL E DO PROJETO INTELLECTUAL DE FLORESTAN FERNANDES**

Antes de realizar a análise interna dos textos, faremos uma breve investigação sobre a trajetória de Florestan Fernandes, do final da década de 1970 até meados da década de 1980, que julgamos fundamental para a compreensão da ciência social produzida pelo autor no referido período, bem como para sua reflexão política mais especificamente. Durante essa fase Fernandes consolidou uma reconfiguração em seu perfil e projeto intelectual, processo que já havia começado desde meados da década de 1960. A solidificação dessa transformação pode ser bem observada em um evento-chave, o modo como Florestan Fernandes recusou retornar à USP e, pouco tempo depois, atuou como docente da PUC-SP, sinalizando uma busca por coerência entre teoria e prática por parte do autor. Fernandes avaliou que a Lei da Anistia, de 1979, foi algo que a ditadura se sentiu obrigada a fazer justamente para poder se conservar no poder, por isso, no nível de suas

escolhas pessoais, Fernandes não a aceitou. Para ele, o retorno dos professores exilados às universidades onde foram cassados resolvia o problema da estratégia de distensão e abertura lenta, gradual e segura da ditadura e não o problema das universidades. Por isso, escolheu o caminho da autonomia intelectual, classificando como “desobediência civil” o tipo de atuação que exerceu na PUC-SP. Essa autonomia intelectual lhe conferia a possibilidade da autonomia política e de uma radicalização crítica.

Portanto, mais do que uma ação simbólica, essa postura do autor estava em consonância com seu incômodo em atuar profissionalmente dentro nos limites da ordem burguesa. De acordo com Rodrigues (2010), no período pós-AI-5, Fernandes rejeitou sistematicamente “atividades incompatíveis com uma concepção de trabalho intelectual que não se enverga diante da racionalidade capitalista” (p. 149): em 1969, não aderiu ao Cebrap; no início de 1970, recusou uma dotação oferecida pela Fundação Volkswagen, como já havia feito com ofertas análogas da Fundação Ford, por considerar ser irracional a valorização pessoal através do mercado; em 1972, demitiu-se voluntariamente da Universidade de Toronto, de seu cargo de professor titular, mesmo reconhecendo que lá usufruía de ótimas condições para exercício da profissão; e após lecionar em Yale, no primeiro semestre de 1977, recusou a proposta de assinar um contrato para mais três anos de trabalho. No livro *A Sociologia no Brasil*, de 1977, Fernandes explicou sua negativa para Yale: considerava o seu ciclo institucional encerrado, o trabalho acadêmico não o atraía mais, apesar de afirmar que poderia aceitar fazer alguns trabalhos esporádicos. No final da entrevista reunida no livro *A condição de sociólogo* (1978), também demonstrou incômodo com o estilo de vida de classe média típico dos acadêmicos, por restringir o potencial crítico do trabalho intelectual. Esse período de busca por maior autonomia intelectual coincide com o momento em que, ao constatar a acentuação do particularismo e do conservadorismo burguês na ditadura empresarial-militar, “a sua interpretação crítica do capitalismo dependente ganhou um tom mais radical e criou um novo modo de pensar a revolução burguesa, a revolução democrática e a revolução socialista” no Brasil e na América Latina (Englander, 2022, p. 329). Assim, é possível estabelecer uma analogia entre a busca por autonomia intelectual por parte de Fernandes e o processo de autonomização política que o autor vislumbrava nas classes trabalhadoras brasileiras. Estas estavam deixando de ser calda política de uma burguesia conservadora e incapaz de conduzir um processo de modernização benéfico para o conjunto da nação e, para Fernandes, somente um intelectual com ampla liberdade

crítica poderia compreender e estimular o movimento de insubordinação e radicalização política vivenciado pelas classes populares.

Nesse momento, Fernandes parece fazer um acerto de contas com o seu próprio passado, mesmo incomodado com a sua falta de especialização em ciência política e com a mistura de gêneros das ciências sociais nos seus novos trabalhos (sobretudo, a ciência política e a sociologia), parece considerar que a interdisciplinaridade era parte constitutiva da forma de expressão da sua desobediência civil intelectual, como professor da PUC-SP. O período de insubordinação e docência na PUC-SP foi frutífero, nele foram escritos e publicados os livros: *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979); *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979); *A natureza sociológica da sociologia* (1980); *O que é revolução?* (1981); e *A ditadura em questão* (1982). Em termos bourdieusianos, é possível afirmar que o ímpeto e a criatividade intelectual de Fernandes estavam relacionados com um desencantamento em relação à *illusio*<sup>4</sup> do campo científico, que ele havia cultivado intensamente na USP. Em sua investigação sobre a trajetória de Fernandes, Rodrigues descreve esse momento da seguinte forma:

Tudo se passa como se aí se elaborasse uma *violação da autonomia institucional*, representada modelarmente pelo próprio autor no passado [na USP, no comando da Cadeira de Sociologia I, entre a década de 1940 e meados dos anos 1960], ao esquadrihar seu modelo de formação do pesquisador e do professor na universidade, bem como a profissionalização e a institucionalização das ciências sociais, cerradas pela precisão da linguagem especificamente científica (Rodrigues, 2010, p. 155, grifo da autora).

Dessa forma, salvo engano, para Fernandes a atuação dentro dos limites da autonomia institucional do campo científico não viabilizaria a liberdade necessária para o combate intelectual contra a redemocratização pelo alto planejada pela ala militar “castelista” que comandava a ditadura. Isso ocorria devido aos constrangimentos impostos pelas normas do campo científico que impelem à incorporação da *illusio*, em outras palavras, as estratégias de “interesse pelo desinteresse” que os profissionais da ciência são constrangidos a adotar não eram compatíveis com a necessidade de construção de um conhecimento abertamente interessado e vinculado com o processo de ascensão política das classes populares e com a construção de um movimento socialista no Brasil. E ele

---

<sup>4</sup> A noção de *illusio* do campo científico é definida por Bourdieu (2004) como “a crença científica como interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse, que leva a admitir, como se diz, que o jogo científico merece ser jogado, que ele vale a pena, e que define os objetos dignos de interesse, importantes, capazes, portanto, de merecer investimento” (p. 30).

mesmo, Florestan Fernandes, ultrapassa — em certa medida — a análise bourdieusiana dos campos sociais, ao investigar o modo como a ciência de um modo geral e as ciências sociais e a sociologia em particular, foram limitadas em seus horizontes e instrumentalizadas pela ordem burguesa, que moldou o próprio pensamento racional intrínseco à ciência. Dessa forma, em *A natureza sociológica da sociologia* (1980), foi enfático: “Em linguagem de Gramsci: os sociólogos nascem como ‘intelectuais’ orgânicos da ordem<sup>5</sup>” (Fernandes, 1980, p. 26).

Para conseguir realizar seu objetivo de construir uma ciência social insurgente, Fernandes concluiu que era necessário se rebelar também contra as regras do campo científico. E, novamente utilizando uma chave de interpretação bourdieusiana, podemos afirmar que para concluir esta empreitada o renomado sociólogo escolheu ter como foco o cultivo de somente um dos dois tipos de capital existentes no campo científico: abriu mão da disputa do capital científico institucional (que se acumula por meio da ocupação de posições de poder importantes no interior das instituições científicas) e aproveitou o seu acúmulo de capital científico “puro” (que se acumula por meio do reconhecimento do valor de sua produção científica pelo conjunto dos cientistas ou pela fração mais consagrada entre aqueles que fazem parte de sua área de pesquisa) para mobilizar o apelo carismático de sua figura de “sociólogo consagrado” na construção e na legitimação de um estilo de ciência social crítica, heterodoxa e institucionalmente independente. Neste processo de politização das ciências sociais, o autor construiu uma sociologia pública e uma reflexão política pública que conquistou leitores e ouvintes para além dos limites da academia. Isso permitiu que Fernandes, em meados da década de 1980, convertesse o prestígio de seu capital científico em capital político, elegendo-se deputado federal constituinte, em 1986, e desbancando por larga medida o número de votos de outros intelectuais que, naquele momento, dispunham de mais

---

<sup>5</sup> No mesmo trecho, Fernandes (1980) complementa essa reflexão sobre os sociólogos e sua relação com a ordem social que, acreditamos, também tem validade quando pensamos nos cientistas políticos e na sua relação com a ordem política: “Indo mais ao fundo dessa conexão: a sociologia se propunha a descobrir ‘alternativas’ para o *uso racional* dos recursos materiais e humanos da sociedade em um momento dado e para a *seleção racional* de transformações inevitáveis, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem existente (note-se: segundo gradações que vão do reacionarismo ao conservantismo e ao reformismo)” (p. 26).

capital científico institucional do que ele<sup>6</sup>. Entre esses intelectuais estava Bolívar Lamounier, que obteve 5.948 votos como candidato a deputado estadual pelo PSB. Florestan Fernandes conseguiu conquistar 50.024 votos. A boa recepção de Florestan Fernandes entre intelectuais, militantes e membros de movimentos sociais é perceptível até hoje, dado que o maior movimento social do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nomeou como “Escola Nacional Florestan Fernandes” a sua principal instituição de ensino e formação política, desde a sua inauguração, em 2005.

Ao reconfigurar o seu projeto e a sua postura intelectual, Fernandes foi um continuador e um inovador do marxismo no Brasil. Com influências ecléticas que vão de Max Weber<sup>7</sup> até Lênin e Gramsci, passando por Karl Mannheim, Reinhard Bendix e Barrington Moore Jr., conseguiu encontrar “uma solução positiva para o dilema proposto por Gramsci sobre a ‘tradutibilidade’ das linguagens científicas” (Brandão, 2000, p. 18), conferindo ao marxismo brasileiro mais do que a reprodução de teorizações e análises produzidas no continente europeu, atribuindo consistência teórica e analítica às “respostas dadas aos problemas postos pelo nosso desenvolvimento e evolução histórica” (Schwarz, 1979). Dessa forma, nacionalizou a compreensão de fenômenos políticos fundamentais, tais como o poder burguês, a dominação burguesa e suas formas sociopolíticas, a autocracia burguesa e a democracia restrita; e, por outro lado, a revolução democrática e a revolução socialista.

### **3. FLORESTAN, ANALISTA DA REDEMOCRATIZAÇÃO: O COMBATE À AUTOCRACIA BURGUESA E O CONTEÚDO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

No final dos anos 1970 e na década de 1980, Florestan Fernandes fez um percurso institucional quase simetricamente oposto aos caminhos que foram trilhados pelos precursores da

---

<sup>6</sup> De acordo com Lincoln Secco (2020), “Cinco professores do curso de Ciências Sociais da USP foram candidatos às eleições em 1986 [Secco inclui Florestan nessa contagem, apesar de naquele momento ele não atuar mais na USP]. Francisco Weffort tinha em seu currículo simplesmente a direção da Fundação Wilson Pinheiro e o cargo de secretário geral do PT. Além disso, era o preferido da cúpula para ser o líder intelectual da bancada na constituinte, mas sua candidatura a deputado federal naufragou com 8.592 votos. Entre os candidatos a deputados estadual, José Álvaro Moisés teve 8.008 votos; Éder Sader, 8.959; e Bolívar Lamounier (pelo PSB) teve 5.948 votos. Florestan foi eleito a deputado federal constituinte com 50.024 votos” (p. 94).

<sup>7</sup> O que, no período estudado, não impedia Florestan Fernandes de fazer troça de certas posições políticas e teóricas de Weber.

institucionalização da ciência política no Brasil. Enquanto Lamounier, Reis e Santos se dedicaram a construir instituições profissionais de pesquisa no âmbito da pós-graduação, angariando recursos públicos e privados, Fernandes adotou uma postura de desobediência civil intelectual, construiu de forma independente as suas reflexões sociológicas e análises políticas e, a partir de 1986, atuou como político autodenominado socialista revolucionário, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Essa marcante discrepância de trajetórias teria consequências para o estilo de ciência social produzida por esses autores, bem como para a delimitação da relação entre teoria e prática. Podemos sintetizar essa questão recorrendo à linguagem do próprio Fernandes: enquanto os primeiros ficaram restritos à atuação institucional e à mudança dentro da ordem, o fundador da escola sociológica paulista considerava que a revolução democrática dentro da ordem só poderia desenvolver as suas potencialidades absorvendo as energias radicais de forças sociais que tinham como horizonte a revolução socialista contra a ordem capitalista.

Dessa forma, Lamounier, Reis e Santos atuaram de forma eficiente na construção disciplinar da ciência política no Brasil e no debate intelectual voltado para a consolidação da transição democrática pactuada; por sua vez, Florestan Fernandes, em outro registro, produziu uma ciência social voltada para a superação do capitalismo dependente, apostando nas potencialidades da prática política independente das classes trabalhadoras e das massas destituídas, aproximando-se delas e, por fim, buscando representá-las politicamente na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados. Portanto, esses estilos de produção de conhecimento diversos entre si recorreram a gramáticas científicas diferentes e se dirigiram a públicos e objetivos igualmente distintos. Veremos agora, especificamente e em linhas gerais, como Fernandes analisou a política brasileira no contexto da redemocratização.

Em seu basilar estudo sobre Florestan Fernandes, Rodrigues (2010) delimitou o dilema da *intelligentsia* da esquerda no contexto da redemocratização: “a centralidade de sua atuação institucional a condena a ver inócuos os seus empreendimentos, e, por outro lado, a sociedade também não oferece sustentáculos suficientemente fortes nos quais ela possa se ancorar” (p. 147-148). Fernandes era um intelectual consciente desse dilema e ao buscar ser um radical consequente tentou identificar as forças sociais emergentes que pudessem desafiar a ditadura militar em crise e colaborar para avigorá-las. A ascensão do novo sindicalismo, do protesto proletário e das

massas destituídas nas cidades e no meio rural, a partir do final da década de 1970, foram as principais dessas forças. A desobediência civil popular precisava contar com o apoio da *intelligentsia* de esquerda, que, naquele contexto, deveria atuar no sentido de construir e consolidar um forte e plural movimento socialista no Brasil. Dessa forma, a rebeldia plebeia estimulava a independência e a desobediência civil entre os próprios intelectuais e, novamente, Florestan Fernandes estava atento a essa dinâmica. Não é mera coincidência que suas intervenções públicas e textos que tratam dessa questão tenham sido escritos entre 1978 e 1979, anos em que explodiram as greves operárias no ABCD paulista e a greve dos canavieiros em Pernambuco. No final da década de 1970, bem como ao longo da década de 1980, Florestan Fernandes construiu uma agenda intelectual focada em investigar as consequências políticas e intelectuais dos conhecimentos por ele elaborados desde o início dos anos 1970 e que estão aprimorados e condensados na sua principal obra deste período, *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975. Dessa forma, ao escrever textos e ensaios que condensam análises de conjuntura, teorizações sobre a construção da democracia e do socialismo e teor convocatório a intelectuais e militantes, Fernandes aprimorou seu método de investigação dos fenômenos políticos e desenvolveu o que estamos chamando de ciência política sociologicamente orientada, por vezes atualizando as suas análises em diálogo com as mudanças de conjuntura. Assim, produziu uma ciência da práxis, articulando interpretação da realidade sociopolítica com a construção de uma linguagem política radical.

Em julho de 1979, Fernandes desenvolveu uma reflexão sobre a relação entre intelectuais e os setores populares então em ascensão no cenário político nacional. Na 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Ceará, ele apresentou a intervenção “Tarefas dos intelectuais na revolução democrática”, no debate “Brasil: Anos 70 - os Intelectuais e a Repressão”, organizado por José Albertino Rodrigues. Em acordo com os objetivos desta investigação, será destacada aqui a análise de Fernandes sobre o papel da colaboração dos intelectuais para o fortalecimento das instituições sociopolíticas representativas dos “de baixo”, no processo de abertura democrática. O autor retoma e atualiza as teses presentes em *A revolução burguesa no Brasil* (2005) sobre o caráter autocrático de nossa revolução burguesa, que era incapaz de consolidar uma democracia de participação ampliada no país e promover a revolução nacional e democrática. Em decorrência desta constatação, para Fernandes os propósitos dos

intelectuais de esquerda não deveriam ser os de um retorno à democracia, pois a ordem política existente até a instauração da ditadura empresarial-militar era a da dominação exercida pela minoria, por meio de um Estado burguês de democracia restrita. No final da década de 1970, esse passado já estava morto, pois a ditadura militar só havia interrompido a revolução democrática no nível político. Ironicamente, o crescimento econômico acelerado no período do “milagre econômico” desenvolveu a sociedade de classes e acentuou as suas contradições. À luz das interpretações de Florestan, os céleres e intensos processos de urbanização, industrialização e proletarização estavam criando uma classe trabalhadora *em si* em via de se tornar uma classe *para si*, pois naquele momento “o proletariado e o movimento sindical de vanguarda” desempenhavam “uma função política construtiva (muitos diriam: uma função política hegemônica)” (Fernandes, 2011, p. 85).

Portanto, tratava-se de instaurar a democracia, de retomar uma revolução democrática interrompida, dessa vez, em um patamar mais elevado: sem as ilusões depositadas na “burguesia nacional”, como tragicamente acontecera nos anos 1960 e com uma classe trabalhadora fortalecida. Então, mais precisamente qual processo interrompido deveria ser retomado? Tratava-se do projeto político popular derrotado na República de 1946 (1946-1964), que tinha o intuito de construir “certas condições institucionais para a absorção de uma massa crescente da população nos papéis políticos do cidadão, o que exigia a transformação do Estado e o aparecimento transitório de [uma] democracia de participação ampliada” (Fernandes, 2011, p. 83, grifo nosso). Em 1979, essas questões ainda precisavam ser enfrentadas, pois as classes populares, embora politicamente ascendentes, sofriam com uma “uma terrível carência institucional” (Fernandes, 2011, p. 86). E papel dos intelectuais deveria ser o de aproveitar o recuo da ditadura e a conquista de uma liberdade relativa, arrancada pela pressão radical de baixo para cima, para estabelecer uma colaboração orgânica com as classes trabalhadoras, com objetivo de superar as suas carências institucionais por meio da criação de “organizações sindicais sólidas, fortes e eficientes” e da construção de “partidos operários de conteúdo socialista, sem os quais o conflito não sai do nível capitalista da reforma da ordem etc.” (Fernandes, 2011, p. 87).

Fernandes sugeriu a seus pares da SBPC algo pelo qual ele mesmo passava: o desvencilhamento das instituições científicas especializadas e a conquista de novos papéis na

sociedade. Essa articulação orgânica entre setores populares e intelectuais poderia impedir que aqueles que bloqueavam a revolução democrática — a ditadura empresarial-militar e as classes dominantes — se apresentassem como os campeões da “abertura democrática”, pois se a pressão popular já reorientava os rumos políticos, o Estado brasileiro ainda continuava controlado pelo monopólio burguês conservador. Munidos de instituições sindicais e partidárias fortes, as classes trabalhadoras e as massas destituídas poderiam aprender a usar o conflito de modo institucional — como já faziam as classes burguesas — para alterar a correlação de forças na sociedade e no Estado. Em outro texto dessa época, “A atualidade de Lenin”, de 1978, essa questão é elaborada em sentido mais clássico, mobilizando o papel da vanguarda em uma “ação de cima para baixo”, que criasse as condições da passagem “da luta defensiva para a luta ofensiva do proletariado” (Fernandes, 2011, p. 143). Podemos inferir que este era o horizonte almejado com o fortalecimento das instituições representativas das classes trabalhadoras. Desse modo, Fernandes não acreditava que a democracia é um valor universal; ao pensar a vida política a partir de processos sociais em disputa, acreditava que os intelectuais e políticos que “interrompem a luta no plano da ‘colaboração de classes’” servem dissimuladamente à contrarrevolução, “em nome de uma ‘transição democrático-burguesa’ que apenas favorece a reciclagem, o reagrupamento e o fortalecimento, a médio prazo, das forças contrarrevolucionárias internas e externas” (Fernandes, 2011, p. 143). Em síntese: a democracia restrita é considerada parte da contrarrevolução burguesa e, por outro lado, a democracia de participação ampliada tem um conteúdo social popular e proletário.

Essa questão é melhor elaborada em outro texto de 1978, “Movimento socialista e partidos políticos”, publicizado originalmente como uma conferência, em uma homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, no I Ciclo de Debates sobre Partidos Políticos e a Democratização. Nessa ocasião, Fernandes avaliou que a autocracia burguesa continuaria existindo enquanto fosse possível que a contrarrevolução se reciclasse e que a existência dessa autocracia acabava com as “ilusões de que poderia haver dentro das sociedades capitalistas espaço político para que os setores da burguesia realizem revoluções dentro da ordem” (Fernandes, 2021, p. 50). E foi além, ao sugerir que o radicalismo burguês, aquele que foi importante para fazer avançar pautas democráticas nos países capitalistas hegemônicos, não existia mais nem nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão. Naquele momento ocorria um deslocamento de eixo do campo político em direção à direita:

a social-democracia passava a ocupar o espaço deixado vazio pelo radicalismo burguês e o socialismo revolucionário tendia a se mover em direção ao socialismo gradualista e reformista abandonado pela social-democracia. Esse processo era consequência do endurecimento do cerco ao “inimigo interno” (sobretudo sindicatos e partidos socialistas) nos países capitalistas, assim, mesmo nos Estados democráticos as democracias “não são mais liberais, elas são ‘democracias fortes’” que exercem funções repressivas de alta envergadura, de “natureza antissocial, antiliberal e totalitária” (Fernandes, 2021, p. 34). Essas funções repressivas do Estado capitalista “entram em contradição com constituições democráticas e liberais” (Fernandes, 2021, p. 35). No Brasil, a contrarrevolução poderia ser reciclada através da adoção paliativa de um novo tipo de democracia restrita, *a democracia forte associada ao imperialismo*, “que no nosso caso assumiu a ideia das salvaguardas do Estado” (Fernandes, 2021, p. 48). Dessa forma, na perspectiva florestaniana, a transição democrático-burguesa pactuada e feita sob controle militar configurava uma continuidade da contrarrevolução (e, portanto, da autocracia burguesa) por outros meios, solapando a potencialidade emancipadora dos ideais democráticos.

Existiria, portanto, um desenvolvimento desigual e combinado do autoritarismo nas sociedades capitalistas<sup>8</sup>: nos países capitalistas hegemônicos o autoritarismo mantinha uma estrutura institucional democrática e massificava o acesso a bens de consumo, contudo, restringia as possibilidades de participação da classe trabalhadora organizada na formulação de políticas públicas e nas posições de comando do Estado; enquanto nos países de capitalismo dependente ocorria uma intensificação da demofobia das classes dominantes e do Estado capitalista até nos arranjos denominados democráticos — constituindo democracias acentuadamente demofóbicas (Englander; Souza; Aguiar, 2024) —, com a prevalência de estruturas institucionais autocráticas (por vezes temporariamente amenizadas sob a forma de democracias restritas) e a violenta limitação da capacidade de consumo das classes populares, devido à existência de uma grande massa de pobres e despossuídos que rebaixam o valor da força de trabalho, a partir da qual se estrutura o padrão

---

<sup>8</sup> Justamente por observar a existência generalizada, desigual e combinada do fenômeno do autoritarismo nas sociedades capitalistas e, também, a sua existência com características específicas nas sociedades socialistas, em *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (2019) Fernandes criticou o caráter amorfo do conceito de autoritarismo como instrumento de definição de regimes políticos.

periférico de acumulação<sup>9</sup>. Ao compreender essa realidade, Fernandes propunha como estratégia de oposição ao retorno da democracia restrita no Brasil o fortalecimento do movimento socialista e dos partidos socialistas como ações fundamentais para a consecução de uma outra via, que chamava de revolução democrática. O movimento socialista pode ser compreendido como uma força sociopolítica ampla, definida como a confluência de todas as forças — reformistas e revolucionárias — que se voltam contra a ordem burguesa existente; e os partidos socialistas são a forma de organização institucional das forças que compõem o movimento socialista mais amplo. A inexistência no Brasil de um movimento socialista vigoroso impedia a criação de partidos socialistas fortes, capazes de organizar e potencializar demandas por reforma ou por revolução. Portanto, movimento e partido interagem reciprocamente, quando um ganha força o outro também se fortalece, quando um perde força o outro também sai enfraquecido. Na base dessa relação está o poder das classes trabalhadoras. Quando esse poder é dinâmico e articulado, o partido ganha protagonismo, contudo, em situações como a do Brasil daquele momento, “onde o suporte material e a base política das potencialidades da negação da ordem das classes trabalhadoras são incipientes, amorfas ou fracas, o movimento vem a ser prioritário” (Fernandes, 2021, p. 29). O sucesso do movimento socialista dependia da vigência de posturas solidárias e antissectárias entre os diferentes agrupamentos de esquerda e da adoção de uma tática política comum, em meio às possíveis diferenças programáticas e ideológicas: a definição conjunta do inimigo como o inimigo de classe. Somente após um período de unificação dos socialistas por meio do estabelecimento dos alvos comuns de reformistas e revolucionários seria possível aumentar a presença e a influência das massas populares sobre o movimento; e, por fim, ter espaço para os partidos atuarem de modo construtivo, apresentando alternativas políticas e ideológicas que entram em conflito entre si. Portanto, o fortalecimento do movimento socialista aproxima intelectuais e militantes das classes trabalhadoras e constitui os “nervos do processo” de “uma revolução democrática controlada a partir de baixo e a partir de dentro” (Fernandes, 2021, p. 91).

Outro importante ator político que conferia conteúdo social à democratização construída a partir de baixo e de dentro do Brasil era o movimento negro, que obteve uma destacada ascensão política e florescimento intelectual na década de 1980. Como será exposto a seguir, para Fernandes

---

<sup>9</sup> Para uma análise mais detalhada das noções de democracia restrita, autocracia burguesa e democracia forte, conferir o artigo “A dialética da demofobia: entre democracia forte e autocracia burguesa” (Englander; Souza; Aguiar, 2024).

existe uma confluência entre classe e raça, movimento socialista e movimento negro no Brasil. A ascensão de uma classe trabalhadora autônoma e combativa incidia sobre o próprio movimento negro e vice-versa, tanto porque a classe trabalhadora e a numerosa massa de espoliados no Brasil é em grande medida racializada, quanto porque os negros e negras pobres experimentavam condições de vida mais precárias e, por isso, poderiam atuar como um fator de radicalização no interior dos sindicatos e partidos da classe trabalhadora. Em uma entrevista de 1979<sup>10</sup>, o autor defendeu que era mais revolucionário, viável e mobilizador para negros inconformistas “militar nos movimentos existentes e levar esses movimentos a se definirem diante do problema racial” (Fernandes, 2017, p. 125) do que criar um partido negro no Brasil. Pouco após essa entrevista, de 1981 até 1986, parece existir um período em que a questão racial e o movimento negro se tornaram menos frequentes ou marginais nos textos e atuações públicas de Fernandes<sup>11</sup>, numa conjuntura em que o autor centrou a sua atenção na análise da crise da ditadura empresarial-militar e na ascensão política da classe trabalhadora, que, para ele, pela primeira vez deixava de ser calda política da burguesia brasileira.

Por esse motivo, vamos nos estender brevemente no período delimitado neste artigo, pois os principais textos de Florestan Fernandes sobre a importância do movimento negro no processo de revolução democrática foram publicados nos anos de 1987, 1988 e 1989 — numa conjuntura em que ocorreram numerosos debates públicos sobre os cem anos da abolição da escravatura —, portanto, cerca de uma década após a escrita de “Movimento socialista e partidos políticos”. No artigo *O Negro e a Democracia*, de 1987, o autor sintetizou o que era a construção da democracia de uma perspectiva negra:

Para eles, democracia quer dizer democracia racial, uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de “um lugar ao sol” e da “condição de ser gente” (Fernandes, 2017, p. 40).

Dessa forma, na análise da democratização a partir de uma perspectiva negra podemos identificar o modo como Fernandes pensa a própria revolução democrática: não separando redistribuição e reconhecimento, articulando a conquista socioeconômica de “um lugar ao sol” com

---

<sup>10</sup> Publicada no “Folhetim” da Folha de São Paulo, em 13 de maio de 1979.

<sup>11</sup> Utilizamos aqui a expressão “parece”, pois temos como referência somente os textos de Florestan Fernandes publicados em livros autorais, para ter certeza da existência desse período de menor atenção dada à questão racial seria necessária uma pesquisa no acervo do autor e em jornais e revistas da época.

o acesso à condição simbólica de “ser gente”<sup>12</sup>. Assim, ainda em *O Negro e a Democracia*, o autor afirma que para os negros a luta de classes deve caminhar junto com a luta racial, o que os colocavam na posição de vanguarda política entre os oprimidos, humildes e explorados: “O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior” (Fernandes, 2017, p. 41). Justamente por essa condição, a participação negra na revolução democrática tensionava os limites da pouco elástica ordem social competitiva no Brasil, pois a sua própria existência e voz ativa demonstravam que, no Brasil, somente “a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades econômicas, educacionais, culturais, políticas etc., que afetam os estratos negros e mestiços da população” (Fernandes, 2017, p. 42). E, de modo análogo ao que ocorria em relação ao movimento operário, a participação negra na revolução democrática reconfigurava as relações entre intelectuais negros e negros das classes populares. No texto *Protesto Negro*, de 1988, Fernandes argumenta que os intelectuais e militantes negros mais radicais poderiam ajudar a construir “um modo de ser socialista libertário que transcende o eurocentrismo e impulsiona a autoemancipação coletiva dos negros a conferir o mesmo peso à igualdade, à liberdade e à fraternidade, no interior de uma sociedade multirracial” (Fernandes, 2017, p. 64). Já no texto *As Tarefas Políticas do Protesto Negro*, de 1989, sugere que os intelectuais negros (radicais) superem “as limitações intelectuais do ‘mundo dos brancos’” e sejam os sujeitos de “uma descolonização completa e global”, promotora do desmoronamento do “mundo dos brancos”, que, na história brasileira, foi o mundo da autocracia burguesa e da democracia restrita (Fernandes, 2017, p. 74-75).

No texto “Instituições políticas: a formação e o exercício do poder”, de 1978, podemos avançar na compreensão do estilo sociológico com que Fernandes analisa as instituições políticas. O autor começa com uma forte afirmação: em toda a periferia do mundo capitalista moderno as instituições políticas democráticas tinham a mesma função, a de consolidar a dominação oligárquica apegada à privilégios particularistas, e, por isso, a realidade estrutural e histórica produzida pelo capitalismo não ficava muito longe do “mundo colonial” ou “pós-colonial”. Assim,

---

<sup>12</sup> Por mobilizarmos as expressões utilizadas por Nancy Fraser e Axel Honneth é necessário destacar que Fernandes, ao desenvolver a noção de capitalismo dependente, não produziu uma análise do tipo que Rahel Jaeggi denomina como “caixa preta”, ou seja, que não questiona criticamente o modo de funcionamento da economia capitalista como uma estrutura condicionante e limitadora das políticas de redistribuição e reconhecimento (Fraser; Jaeggi, 2020).

no Brasil, até o final da década de 1970, as instituições democráticas existentes (inclusive o sistema bipartidário da ditadura militar) operaram como “um fator de bloqueio à mobilização e à participação das massas populares na sociedade política” (Fernandes, 2011, p. 236). Contudo, a década de 1980 se apresentava como o início de uma nova era, na qual o acúmulo de mudanças quantitativas levariam às transformações qualitativas. A industrialização acelerada havia aumentado a capacidade “de propagação e de comunicação de divergências elementares mas fundamentais”, por parte dos operários e dos pobres e destituídos, que “levam a crise tanto para a sociedade civil quanto para a sociedade política” (Fernandes, 2011, p. 236). Dessa forma, a constituição de uma classe em si em vias de se tornar um classe para si impelia que, “com toda probabilidade”, “as instituições políticas deixarão de ser monopolizadas por minorias privilegiadas” e ocorreria “o começo da consolidação da democracia de participação ampliada” (Fernandes, 2011, p. 239). Apesar de considerar a grande importância das mudanças estruturais, Fernandes também estava atento ao papel criativo das utopias socialistas (em sentido mannheimiano), que constituiriam um fator fundamental para que a relação com a história dos setores pobres e marginalizados fosse alterada e ocorresse “não mais em termos de servidão, mas em nome da libertação” (Fernandes, 2011, p. 239). Essa relação dialética entre as realidades material e simbólica também está presente no modo como Fernandes analisa as instituições políticas. Em chave marxista, o autor afirma que “As instituições não criam o poder. Elas apenas o organizam de certa maneira, que é determinada pelo sistema de produção econômica e pela formação social correspondente” (Fernandes, 2011, p. 238). A inclusão da formação social na sentença é de fundamental importância, pois desse modo as instituições não são reduzidas a mero reflexo da infraestrutura econômica, pelo contrário, elas são constitutivas das disputas de poder e dos conflitos ideológicos que ocorrem na formação social na qual essas instituições também são *parte ativa*.

No início da década de 1980, Florestan Fernandes deu continuidade às reflexões elaboradas no final da década de 1970. Parte importante dessas análises estão reunidas no livro *A ditadura em questão*, publicado em 1982. Os quatro capítulos que compõem o livro são versões de aulas e

exposições orais feitas no âmbito de seu trabalho como docente na pós-graduação da PUC-SP<sup>13</sup>, e uma conferência apresentada no 1º Congresso Estadual de Sociólogos, na FAU-USP. O segundo capítulo, *A manipulação dos partidos*, foi escrito em meados do ano de 1980 e atualizado no primeiro semestre de 1981, como roteiro de exposição oral para as aulas na PUC-SP. Vamos analisá-lo em seguida.

Em *A manipulação dos partidos* é feita uma análise da “pluralização partidária regulada” operada pela ditadura empresarial-militar. Nesse texto, Fernandes começa o debate sobre a relação entre classe social e partido político afirmando que as instituições estatais ditatoriais haviam sido “moldadas para uma fase anterior do desenvolvimento capitalista, na qual a dominação das elites das classes possuidoras não sofria brechas ou enfrentava brechas que podiam ser isoladas dentro do seu próprio solo histórico particular” (Fernandes, 1982, p. 51-52). A “mudança social progressiva” desencadeada pelo desenvolvimento capitalista acelerado havia modificado “a morfologia da sociedade civil e o seu imbricamento com a sociedade política” (Fernandes, 1982, p. 55). Como causa e consequência dessa democratização da sociedade civil, a correlação de forças entre as classes sociais havia se transformado. Com grandes massas de trabalhadores pobres — insatisfeitos com as suas condições de vida — concentrados nas periferias urbanas e a desmoralização do “milagre econômico”, que desmoronou a legitimidade momentânea que o alto crescimento econômico havia proporcionado à ditadura, o Estado autocrático burguês não era mais uma fortaleza inexpugnável. Na nova conjuntura, após usar o excedente de poder proporcionado pela ditadura para “voltar as costas aos problemas e dilemas sociais e políticos da Nação” (Fernandes, 1982, p. 52), o recurso ao excedente de poder repressivo já não era uma opção segura e “as classes possuidoras e suas elites no poder são obrigadas a compartilhar, de forma crescente e inexorável, várias garantias sociais e direitos civis ou políticos *com todas as classes*” (Fernandes, 1982, p. 55, grifo do autor). Nessa nova situação, as classes burguesas e suas elites teriam que podar o seu egoísmo de classe, do contrário, poderiam desatar uma situação revolucionária. A tendência natural para elas era a de usar a ditadura como um escudo protetor, mas como essa possibilidade já não era mais viável, uma segunda

---

<sup>13</sup> Em seu prefácio à edição de 1979 de *Apontamento sobre a teoria do “autoritarismo”*, Heloísa Rodrigues Fernandes (2019), filha de Florestan Fernandes, menciona que o livro é fruto de anotações de aulas para um curso de graduação do *Departamento de Política* (do curso de Ciências Sociais) da PUC-SP. No livro *A ditadura em questão* (Fernandes, 1982), consta apenas a informação de que três capítulos do livro foram escritos inicialmente para aulas na pós-graduação da PUC-SP — sem especificar a área de ensino. Contudo, o fundamental para o argumento deste artigo é que a produção intelectual de Fernandes no período analisado é marcadamente dedicada à análise política.

alternativa foi efetivada, a da construção *a partir da ditadura* de um “novo regime de partidos” dócil para a manutenção da ordem.

O regime bipartidário da ditadura empresarial-militar havia sido adotado por dois motivos: 1) promover a manutenção e o fortalecimento da união política entre as forças sociais heterogêneas que lideraram o golpe de 1964 e implantaram a “república institucional” (que é o modo como Fernandes denomina a ditadura empresarial-militar); 2) criar uma aparência de funcionamento democrático do regime, um artifício necessário para a diplomacia com os principais parceiros do capitalismo hegemônico (Estado Unidos, Europa Ocidental e Japão). No entanto, prevalecia uma perspectiva pragmática por parte dos operadores do regime, de uma “ditadura técnica” que, por si mesma, era um instrumento de defesa da democracia contra o comunismo. Para Fernandes, a política democrático-burguesa — tal como esta existe no contexto brasileiro — era realizada através da ditadura, “que restabelecia a vigência e a eficácia das condições políticas da democracia” (Fernandes, 1982, p. 59). Dessa forma, o parlamento era considerado o espaço de enfrentamento reciprocamente consentido entre as forças que apoiavam o regime, reunidas no partido ARENA, e as forças da oposição consentida, reunidas no partido MDB. Assim, a ditadura conseguiu construir “um ‘sistema de amortecedores’ e de *mobilização cooptada*, pelo qual o ritual do debate público se associava à crítica matizada” (Fernandes, 1982, p. 60, grifo do autor). Contudo, a oposição consentida acabou ganhando uma força “que não entrava no cálculo político inicial da ditadura” e adquiriu “uma *voz política* que soava ao renascimento do confronto” (Fernandes, 1982, p. 62).

Para Fernandes, o renascimento do confronto político foi motivado por três fatores: 1) o aumento, em níveis potencialmente incendiários, da insatisfação popular, que, em parte, o MDB ajudava a amortecer; 2) a reiterada decepção das cúpulas do MDB, que gostariam que os militares considerassem o seu partido tão digno de confiança quanto a ARENA, para assim, ser uma “alternativa de poder”. A rigidez do SISTEMA político da ditadura (sistema, em caixa alta, tal como grafou Fernandes) vetou essa possibilidade, o que impulsionou o MDB a se tornar uma oposição real, criando uma relação defensiva em relação ao regime, “de auto-preservação mas, também, de ‘defesa da democracia’” (Fernandes, 1992, p. 63). Tomamos como hipótese forte que, ao mencionar a rigidez do sistema político e grafar “sistema” em caixa alta, o autor pode ter feito uma alusão à

teoria do sistema político de David Easton (1953; 1965)<sup>14</sup>, e, dado a entender que devido ao caráter pouco elástico da ordem social competitiva no capitalismo dependente, a ditadura não considerava viável ou pertinente processar as demandas democráticas (“*inputs*”) que estavam na agenda política do moderado MDB e devolvê-las como políticas públicas democráticas (“*outputs*”) para a sociedade<sup>15</sup>; 3) por fim, o que motivou o renascimento do confronto político também foi o crescimento gradual da força de radicais e de esquerdistas no interior MDB, o que possibilitou a criação de “um canal de ligação entre o ‘clamor de baixo’ e a única oposição organizada existente”, aumentando o poder de contestação política do partido e “convertendo o ritual eleitoral em equivalente funcional do plebiscito”, o que “contribuiu para retirar o parlamento do degelo” (Fernandes, 1982 p. 63-64).

Para a ditadura empresarial-militar, o principal objetivo da pluralização partidária obtida com reforma partidária de 1979 era criar “um quadro de luta política mais elástica e dinâmica, na qual a ‘liberdade de movimentos’ da oposição também pudesse render dividendos políticos para os detentores do poder” (Fernandes, 1982, p. 64). Dessa forma, o sistema político ditatorial conseguia, há um só tempo, deixar de ser o único alvo político das oposições, dividir as oposições e diminuir (mas não eliminar) o caráter plebiscitário das eleições (de rejeitar ou aceitar o regime). Apesar de aumentar os riscos para o *status quo*, essa era uma “*abertura* [democrática] de e para a ditadura” (Fernandes, 1982, p. 64, grifo do autor). Desse modo, é possível compreender o motivo da criação do Partido Popular (PP), que seria “o partido alternativo de governo”, enquanto o Partido Democrático Social (PDS) seria o partido da situação, que concentrava “a maior parte da massa reacionária da burguesia” (Fernandes, 1982, p. 65). Com essas mudanças, o MDB transformado em PMDB havia ganhado mais do que perdido, porque além de ser “o único partido de oposição real que conta com uma enorme e provada maquinaria em funcionamento” também teria que “se dinamizar ainda mais como ‘partido de aliança de classe’, com apelo popular e ressonância operária”

---

<sup>14</sup> Em artigo de jornal publicado na Folha de São Paulo, *O cachimbo e a boca*, de 5/12/1985, Fernandes utilizou novamente a linguagem da teoria do sistema político de David Easton. Em tom de ironia, Fernandes critica o uso dessa linguagem pelos cientistas políticos brasileiros com pós-graduação nos Estados Unidos: “Uma classe dominante domada e segura pela argola do beijo, a partir de fora, e incapaz de ‘gerar *inputs*’ econômicos, culturais e políticos (ficando-se na linguagem mimetizada e servil dos tecnocratas com PhDs norte-americanos), entrega-se ao delírio” (Fernandes, 1986, p. 48-49, grifo do autor). Tomamos como hipótese que essa crítica de Fernandes está relacionada justamente à rejeição do uso da categoria de capitalismo dependente (e das consequências políticas dessa utilização) pelos cientistas políticos brasileiros que mobilizavam a linguagem da teoria do sistema político.

<sup>15</sup> A interpretação de Florestan Fernandes, dessa forma, também nos ajuda a compreender a grande resistência de amplos setores da burguesia brasileira ao que André Singer definiu como “reformismo fraco” (Singer, 2012).

(Fernandes, 1982, p. 67). A competição eleitoral com partidos de massa emergentes, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) também era um fator de dinamização política para o PMDB. Contudo, Fernandes acreditava que, com maior probabilidade, eram esses partidos de massa emergentes que poderiam impulsionar a política brasileira no sentido da revolução democrática. E essa também parecia ser uma preocupação da ditadura, que na reforma de 1979 vetou a legalização do Partido Socialista Brasileiro e do Partido Comunista Brasileiro, antigos partidos populares e proletários, com experiência prévia de organização e mobilização popular. Assim, os militares conseguiram ganhar tempo, pois naquele momento, PT e PDT ainda estavam envoltos em uma dura luta pela sobrevivência.

Outro fator de fundamental importância para Fernandes era a *crise do poder burguês*, uma variável não considerada pela ciência política institucionalmente orientada. Para Fernandes, a própria ditadura foi uma resposta à crise do poder burguês, em 1964, quando devido ao caráter pouco elástico da ordem social competitiva no capitalismo dependente, as burguesias brasileiras preferiram barrar o esboço de revolução democrática presente nas reformas de base do governo João Goulart. Dessa forma, não eram apenas os “militares da linha dura”, mas as próprias forças sociais da burguesia brasileira que continham a desagregação da ditadura e conferiam a ela “a liberdade de regular a transição, determinando como se constituirão os partidos, os seus limites de identificação e de ação, os requisitos eleitorais ‘exigidos legalmente’, etc.!” (Fernandes, 1982, p. 68). Naquele contexto de “fratura aguda do bloco histórico que comanda[va] a contra-revolução e sustenta[va] a continuidade da ditadura”, os militares configuravam-se “como ‘senhor burguês do Estado’”, podendo “escapar aos controles externos dos outros mais iguais, conduzindo a ditadura, se necessário, por caminhos ainda mais ásperos” (Fernandes, 1982, p. 68). Devido a essa posição estratégica dos militares, a política brasileira poderia ser dirigida para um endurecimento do poder fardado ou para a “institucionalização” da abertura democrática pelo alto, resguardada pela lei de segurança nacional. Por isso, Fernandes concluiu que “*combater contra a ditadura* não equivale, por si só, a *lutar pela democracia*” (Fernandes, 1982, p. 68, grifos do autor). Era necessário construir a revolução democrática de baixo para cima, a partir das organizações populares que reconfiguravam a sociedade civil brasileira.

Cerca de três anos após a conclusão da última versão de *A manipulação dos partidos*, em um importante artigo de jornal publicado na Folha de São Paulo, no contexto da campanha pelas

Diretas Já, *Eleições diretas e democracia*, de 6/4/1984, Fernandes retomou a linha de raciocínio apresentada no parágrafo anterior, mas dessa vez direcionando uma crítica específica aos analistas políticos brasileiros, o que podemos tomar como uma hipótese forte, também era uma crítica aos cientistas políticos que realizavam uma defesa politicista (com perspectiva institucionalista) da redemocratização:

Pois, de fato, não é no plano da economia, mas no da política que está o pior. Os analistas trataram continuamente de dois temas. Primeiro, a crise da democracia. A ditadura teria acabado com a “democracia brasileira”. Segundo, a oposição à ditadura (ou ao governo existente) e o “restabelecimento do regime democrático”. Bastaria derrotar os “indireitistas” para voltarmos, automaticamente, à “normalidade da situação anterior”. Ora, essas reflexões são puramente ideológicas e mascaram as aspirações dos grupos civis e militares que tomaram o poder através do golpe de Estado e que gostariam - e quanto! - que as eleições fossem, pura e simplesmente, o equivalente funcional de um golpe de Estado. É esse o segredo de Polinchinelo das conciliações que andam soltas e das vastas negociações políticas que movem o centro burguês, dos partidos da ordem que não possuem um *partido da ordem* e por isso sonham com uma aliança salvadora” (Fernandes, 1986, p. 196, grifo do autor).

Fernandes havia inferido que a tendência para os anos iniciais da década de 1980 era a da construção de partidos burgueses ideológicos, que buscariam atrair apoio de massa. E, por outro lado, a construção de partidos socialistas, que teriam como objetivo elevar a consciência política das classes trabalhadoras para unificá-las como maioria numérica natural e, assim, levar adiante a revolução democrática e a revolução socialista, com a conquista do poder real do Estado. Essa tendência de polarização entre partidos burgueses e partidos representantes da classe trabalhadora acabou se efetivando em todos os segundos turnos das eleições da “Nova República”, contudo, não com um grau elevado de autonomia da classe trabalhadora (salvo a provável exceção das eleições de 1989), como aspirava Florestan Fernandes. O fim do bloco soviético, em 1991, a desindustrialização e o enfraquecimento do sindicalismo combativo brasileiro na década de 1990 (Cardoso, 2003) e o surgimento de uma nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil moldada pela acumulação flexível e pelas políticas neoliberais (Antunes, 2018) contribuíram decisivamente para limitar o poder político da classe trabalhadora organizada e travar a revolução democrática no Brasil. A autocracia burguesa foi desmontada, mas somente de modo limitado e parcial. Como argumenta

Lucas Pedretti (2024), em uma recente pesquisa sobre direitos humanos no período da democratização, a transição está inacabada. Os direitos civis e os direitos sociais ainda não foram universalizados e, em linguagem florestaniana, as lutas populares e antirracistas para “ser gente” e “conquistar um lugar ao sol” continuam muito atuais no Brasil contemporâneo.

Em um momento de múltiplas crises simultâneas, em que o capitalismo canibaliza os trabalhadores, os vínculos de solidariedade social e a natureza (Fraser, 2024), e se mostra incapaz de produzir bem-estar social e estabilidade institucional mesmo em países hegemônicos, as teorizações de Florestan Fernandes sobre democracia e autocracia ganham um sentido universal. Acreditamos que as maiores contribuições desse autor para o debate contemporâneo sobre democracia são a identificação: 1) de que a classe trabalhadora organizada e os grupos subalternizados a ela aliados, quando polarizados politicamente em oposição aos interesses particularistas das camadas burguesas e às múltiplas formas de opressão e dominação, constituem a principal força de democratização da sociedade e das instituições políticas; 2) de que, o capitalismo e sua lógica predatória de acumulação, quando deixados sem os freios de uma oposição popular forte, tende à autocratização e à acentuação de seu caráter selvagem como meios de preservar as desigualdades sociais aviltantes que ele mesmo gera. Por essa razão, continua atual a conclusão de Fernandes: o combate contra a autocratização demanda mais do que lutar (de forma politicista) pela democracia. Nesse sentido, articular a análise sociológica do capitalismo com a análise das instituições políticas, e, no caso do Brasil e da América Latina, também a análise sociológica do capitalismo dependente, é um procedimento metodológico promissor e necessário para a compreensão da realidade política contemporânea.

#### **4. FLORESTAN E UMA “CIÊNCIA POLÍTICA SOCIOLOGICAMENTE ORIENTADA”?**

O período compreendido entre o fim dos anos 1970 e meados dos anos de 1990 demarca as intensas contribuições de Fernandes para o entendimento crítico do processo de redemocratização do país e das instituições políticas em formação. É o momento “cientista político” (coloquemos

entre aspas) orientado pela sociologia<sup>16</sup> por que atravessa Florestan Fernandes. Toda essa densa obra — que foi parcialmente mobilizada acima, entre 1978 e 1985 —, se estende em uma articulação das publicações científicas aos textos de intervenção política e análises conjunturais, dando corpo à construção de um legado a ser oferecido à edificação da disciplina de Ciência Política no país. Esse legado, contudo, não seria absorvido e identificado com a disciplina, seguindo às margens do campo, diante da hegemonização da linguagem científica norte-americana que, apoiada na conjuntura da Guerra Fria (ou premiada por ela?), rechaçava o léxico e as categorias analíticas de teor marxista (Rodrigues, 2021), bem como a radicalidade expressada por Fernandes.

Mas antes de tudo, é necessário destacar o perfil multifacetado de Florestan Fernandes cuja trajetória percorre as fronteiras das Ciências Sociais (da Antropologia, à Sociologia e à Ciência Política). Nesse sentido, Mazucato (2014) identifica, na trajetória de Fernandes, um deslocamento temático através dos campos das Ciências Sociais constituída, *grosso modo*, em fases: primeiro, o momento da antropologia nos anos de 1940-50<sup>17</sup>; segundo, o momento da sociologia, nos anos de 1950-70<sup>18</sup>; e terceiro, o momento da ciência política, nos início dos anos 1960 até meados de 1970. Nesta fase, aponta o autor, emerge então a reflexão sobre temas próprios ao “vocabulário duro” da Ciência Política ou seus “temas fortes” como Estado, ideologia e utopia, burguesia, dominação, imperialismo, autoritarismo, totalitarismo, autocracia e democracia. Mazucato ressalta ainda um segundo deslocamento, o do perfil cientificista nos anos 1950 até “um programa de pesquisa à esquerda” (nos termos que Mazucato toma emprestado de Gildo Marçal Brandão), nos anos de 1970.

Em trabalho mais recente, Sereza (2022) situa Fernandes como construtor da Ciência Política brasileira, no bojo da análise de “o Florestan político e, a seu modo, cientista político” (2022, p. 146). Enfatiza assim o cruzamento entre seu “fazer ciência política” e o seu fazer como político, num movimento que vincula o rigor científico (o acadêmico, ainda que crítico ou mesmo

---

<sup>16</sup> Esta é, também, uma época em que Florestan se declara abertamente marxista e que está bastante abalizado pelas análises políticas de Lênin. São dele as apresentações de *O estado e a revolução* e *O que fazer?* de Lênin, publicados, respectivamente, em 1978 e 1979, pela editora Hucitec.

<sup>17</sup> Marcadamente com os livros *A organização social dos Tupinambás*, de 1949, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de 1952 e *A etnologia e a sociologia no Brasil*, de 1958.

<sup>18</sup> Destacam-se as obras que se tornaram referência para a sociologia brasileira, a exemplo de *Branços e negros em São Paulo*, 1959, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1960, *Elementos de sociologia teórica*, 1970 e *O negro no mundo dos brancos*, de 1972.

afastado da universidade) ao jogo político (a função de criação de partido, o mandato de deputado etc), diagnosticando que Florestan Fernandes ferramentaliza a ciência política para melhor intervenção na política. Para Sereza, Fernandes vive “a política como ciência, sem jamais deixar de ver a ciência como uma forma de ver e fazer a política” - desse modo se perfila o político cientista político (2022, p. 163), numa alusão invertida à fórmula weberiana da política como vocação.

Nessa direção, este artigo traz algumas contribuições para o argumento que situa o legado construído por Florestan Fernandes para uma ciência política, a partir de delineamentos em torno do que podemos chamar de uma “ciência política sociologicamente orientada”. Primeiro, cumpre ajustar a periodização proposta por Mazucato: como mostra a seção acima, a produção de análises políticas de Fernandes ultrapassa os anos 1970, se estendendo aos 1990, acompanhando a tarefa da contribuição à reflexão sobre a redemocratização brasileira e sua atuação como político. Como assinala Lidiane Rodrigues (2018) e rememora Sereza (2022), a Coleção Grandes Cientistas Sociais, empreendimento editorial coordenado por Fernandes entre 1978 e 1990, possui 14 títulos dedicados à política que demarcam os contornos da concepção florestaniana, a contrapelo da ciência política que se institucionalizava na universidade brasileira. Assim, figuram na Coleção, por exemplo, obras de líderes revolucionários e políticos: Lênin, Engels, Che Guevara, Trotsky, Joaquim Nabuco, Mariátegui, Isaac Deutscher, Stalin, Mao Tse-Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon e Fidel Castro.

Essa seção da Coleção, que se chamava Política (e não ciência política) - e aqui a ciência como política e a política como ciência se entrecruzam novamente - diz respeito a outra fórmula invertida: a política como militância, aplicada aos desafios de seu tempo, se converte em ciência política militante, muito inspirada também na conjuntura da Guerra Fria, mas se situando no pólo oposto — o socialista. Esse pólo, como sabemos, será derrotado no mundo da política e no universo da academia. Assim, o legado de Fernandes ficou do lado “perdedor”. Isso também significa que seu modo de pensar a democratização ficou pelo meio do caminho. Definitivamente, apesar de dedicar-se a pensar temas e conceitos consagrados na política, seu aparato conceitual e suas ferramentas metodológicas não viriam a participar do cânone daquilo que veio a se caracterizar como ciência política na academia brasileira. E de fato, é preciso lembrar, Florestan Fernandes se desinteressa e se afasta ao longo dos anos da universidade. De modo que, hoje, soa estranho ou até

mesmo extemporâneo afirmar que esse autor constituiu um legado para um certo tipo de fazer ciência política.

Para além das obras analisadas na seção anterior, devemos destacar como materiais da “ciência política florestaniana” escritos como *Apontamentos para uma “teoria do autoritarismo”* (livro com anotações do curso ministrado na PUC-SP, em 1977); apresentação à obra *Que fazer* (a que já fizemos referência na nota 4), de Lênin; *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1989); *O que é revolução?* (1981); além de outros elencados acima. Esse conjunto de obras dá conta sobretudo da inscrição do autor no campo ferramental marxista e socialista que, frisamos, está sendo naqueles tempos desqualificado ou rechaçado frente aos esforços da delimitação do campo científico específico. Vale destacar outra vez que a circunscrição de um “circuito-perito” (Bourdieu *apud* Mazucato, 2014) da ciência política brasileira ocorre sob os efeitos do enquadramento da Guerra Fria – com todas as consequências que isso teve sobre a reflexão de transição transada da ditadura à redemocratização — e, por consequência, tende a repelir a linguagem, o método e as ferramentas então mobilizadas por Fernandes. De modo geral, o ocaso dessa linguagem ocorre no contexto de uma onda de desmarxificação do conhecimento acadêmico no pós-queda do Muro de Berlim.

Desse modo, a “ciência política institucionalmente orientada” se caracteriza por uma dupla tarefa. Ela se volta para a construção das instituições políticas no período de redemocratização (com ênfase no institucionalismo) e, ao mesmo tempo, para a edificação do campo institucional da pesquisa e da pós-graduação da disciplina de ciência política. Pelos motivos elencados acima, a ciência política não absorveu as linguagens políticas mobilizadas por Florestan Fernandes (além de, claro, outros marxistas politólogos) que então, só com dificuldade, pode ser considerado socialmente legitimado para falar em nome dessa “especialidade”. Esse campo de especialidade foi instituído com os rigores científicos demarcados acima, de tal maneira que Fernandes é “naturalmente” ejetado para fora do campo, muito embora dispusesse de um capital como cientista rigoroso (cientificismo teórico e metodológico) preocupado com consolidação e legitimação das Ciências Sociais no seu arco mais amplo de disciplinas. Alguns dirão que o marxismo, professado por Florestan Fernandes, não se reduz a nenhuma disciplina. Por outro lado, não é por isso que Fernandes deixará de ser reivindicado como sociólogo. Embora Mazucato e Sereza ressaltem a

contribuição do autor para a ciência política (ou a fase florestaniana como político cientista político), não é sem espanto que se possa considerar essa afirmação, pois hoje a consolidação do campo da ciência política no Brasil, tal como foi feita, repele esse entendimento.

Por isso, para compreender o que chamamos de “ciência política sociologicamente orientada”, cabe enfatizar o modo florestaniano de fazer ciência política desde uma trajetória de sociólogo. E isso implica diferenciá-lo da sociologia política, pois circunscrevê-lo a esse campo soa insuficiente ou inexato. Para além da presença de Marx, a influência e mobilização de Karl Mannheim sobressai na obra de Florestan (e de outros acadêmicos da época). Na obra *Elementos de Sociologia Teórica*, de 1970, Florestan escreve o capítulo “A Concepção de Ciência Política de K. Mannheim”, perfazendo a ciência política a partir do terreno da sociologia, o que denota os traços de uma “ciência política *sociologicamente* orientada”. Essa expressão se justifica essencialmente porque os estudos políticos de Florestan estão orientados/atravessados pelo estudo do social ou da sociedade e suas relações, ou seja, sua análise institucional da democracia (e Florestan analisa instituições políticas, partidos, Estado, constituição, processo constituinte, governos etc) está ancorada em fatores sociais como classe social, movimentos sociais, identidades, mas sobretudo, na base social, inclusive, com ênfase no grau mais baixo na escala social. Daí a recorrência na sua escrita de termos como classes trabalhadoras, gentinha, lumpen, *los de abajo*, deserdados da terra etc, categorias sociais demasiadamente políticas que interpelam ou perturbam às análises institucionais — e na perspectiva política de Fernandes, elas devem mesmo perturbar. É a partir daí que nomeamos também uma “ciência política sociologicamente *perturbada*”, em vez de advogar por uma sociologia política florestaniana. De outra maneira, identificar a produção de Fernandes como uma teoria política é ainda situá-lo em um ramo específico da ciência política.

Como salienta Forjaz (1997), o movimento de consolidação da disciplina passa por instituir uma tradição de estudos políticos, circunscrevendo novos métodos e linguagens. Busca-se assim autonomizar as instituições políticas da dinâmica societária (Quirino, 1994) — enquanto o que vimos na obra de Florestan Fernandes é uma relação entre instituições e sociedade que se retroalimenta. De certo modo, pensar a redemocratização nos parâmetros hegemônicos da disciplina, assentando-a determinadamente em uma engenharia institucional, pode insinuar-se mais “libertador” ou demiúrgico do que a ancoragem em um social marcado pelas mazelas que

vigiam no país. Com efeito, é muito profícuo considerar, com Quirino, que a escola da ciência política pluralizou o campo das ciências sociais, ao mesmo tempo que “eclipsou os matizes” (a pluralidade?) do seu próprio campo. Assim, a desqualificação, em especial, das ferramentas marxistas — consideradas “diletantismo”, falta de metodologia(?) — fez com que a agenda de pesquisa de CP fosse delimitada, bem como os “princípios de apreciação/depreciação” da área foram circunscritos (Rodrigues, 2021, p. 148).

Entendemos que a pluralização de linguagens nas ciências sociais gerou uma tensão produtiva entre as diferentes abordagens e os distintos modos de pensar a democracia brasileira, contribuindo para a diversificação das ferramentas e metodologias do campo disciplinar da ciência política. Principalmente (mas não exclusivamente), de um lado, a reflexão de Fernandes, denominada “ciência política sociologicamente orientada ou perturbada”; de outro, os estudos daqueles mais bem identificados como politólogos como B. Lamounier, F. W. Reis e W. Guilherme dos Santos, representantes da “ciência política institucionalmente orientada”. Embora a segunda tenha se configurado como hegemônica/canônica, produzindo um escanteamento ou rechaço de linguagens marxistas do campo da ciência política, o pensamento político para o qual contribuiu Florestan Fernandes segue disponível para ser redescoberto e revisitado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo, buscamos caracterizar, a partir de pesquisas já publicadas e consagradas, a constituição da ciência política enquanto campo de pesquisa e disciplina das ciências sociais. Essa incursão revelou como a identidade da ciência política e do conhecimento sobre a política foi traçada a partir da absorção de impulsos norte-americanos (no financiamento de pesquisas e na formação de acadêmicos) caracterizados pelo rechaço da linguagem marxista em um contexto de Guerra Fria, seguida da desmarxificação do conhecimento e da política no pós-queda do Muro de Berlim. Isso produziu consequências nos modos de pensar o processo de redemocratização brasileira.

A partir desse quadro, recortamos os argumentos que caracterizam mais fortemente a reflexão florestaniana acerca do processo de democratização, fenômeno que se dá

concomitantemente à constituição do campo da ciência política, de modo a ressaltar aquilo que anima e justifica o ferramental marxista do autor. Analisamos o transcurso acadêmico do autor e, em seguida, o fio da sua obra política entre 1978 e 1985.

No bojo dessa investigação, os resultados parciais em torno da constituição do campo de ciência política dizem respeito à tensão produtiva entre as diferenças de como pensar a democracia brasileira. De um lado, a reflexão política de Florestan Fernandes, que estamos chamando de “ciência política sociologicamente orientada (e perturbada)”. De outro, a disputa pela hegemonia da disciplina de ciência política, em particular representada por B. Lamounier, F. W. Reis e W. G. dos Santos (embora não exclusivamente), num trabalho que estabelece fronteiras acadêmicas, atribuindo superioridade a seus métodos e explicações a propósito das instituições político-democráticas — o que chamamos de “ciência política institucionalmente orientada”.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Prefácio. In: RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999 [1967].

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, nº 37, 1993, pp. 21-35.

COUTINHO Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Revista Encontros com Civilização Brasileira*, nº 9, 1979.

EASTON, David. *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1953.

\_\_\_\_\_. *A Systems Analysis of Political Life*. University of Chicago, 1965.

ENGLANDER, Alexander Couto. *Dilemas da revolução brasileira: democracia contra demofobia*. Curitiba: Appris, 2022.

ENGLANDER, Alexander Couto; SOUZA, Ronaldo Tadeu de; AGUIAR, Thais Florencio de. A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 89, p. e10724, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/232286>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

\_\_\_\_\_. *Que tipo de república?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Editora da Perseu Abramo, 2017.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

\_\_\_\_\_. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FERES Jr., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos ensinar. *Revista de Sociologia e Política*, nº 15, 2000, pp. 97-111.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BGjHfDXyhnQtLpZRNDrR55P/?lang=pt>. Acesso em 1 jul. 2025.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GIANNOTTI, José Arthur, MORAES, João Quartim, SADER, Emir, SCHWARZ, Roberto. *Nós que amávamos tanto O capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KEINERT, Fábio Cardoso e SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, v. 22, nº 1, 2010, pp. 79-98.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Revista Sociologia e Política*, v. 18, nº 37, 2010, pp. 149-182.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Tempos Históricos*, volume 18, 2º Semestre de 2014, pp. 559-590.

MAZUCATO, Thiago Pereira da Silva. Florestan Fernandes e a consolidação das ciências sociais no Brasil - da Antropologia e Sociologia à Ciência Política. *Revista Florestan*. UFSCAR, 1, no.1, 2014, pp. 3-11.

MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. Interpretando a crise e repensando a democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana (Orgs.). *Democracias em crise, teorias em transe*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025.

PEDRETTI, Lucas. *A transição inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*, 8 (22) 1994.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

\_\_\_\_\_. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 33, n. 03, p. 675–708, 2018. DOI: 10.1590/s0102-6992-201833030002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/22072>. Acesso em: 26 nov. 2025.

\_\_\_\_\_. Brazilian political scientists and the cold war: Soviet hearts, North-American minds (1966-1988). *Science in Context*, Volume 33, Issue 2: Power, Politics, and the Development of Political Science in the Americas, June 2021, pp. 145-169.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan Fernandes, a ciência como política, a política como ciência*. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). 100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, pp. 145-164.

SCHWARZ, Roberto. Entrevista a Gildo Marçal Brandão e Oswaldo Louzada Filho. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 15, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://utopiasposcapitalistas.com/2012/08/29/698/>.

SECCO, Lincoln. Florestan Fernandes: Ciência e Política. In: RODRIGUES, Jaime; TOLEDO, Edilene (Orgs.). *Florestan Fernandes [livro eletrônico]: 100 anos de um pensador brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VITULO, Gabriel. Transitologia, Consolidologia e Democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista Sociologia e Política*, nº 17, 2001, pp. 53-60.

TRICARICO, Nicole. Uma revisão teórica da trajetória do conceito de transição democrática na ciência política. *Revista Conjuntura Global*, v. 12, nº 2, 2023, pp. 113-134.

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## **FINANCIAMENTO**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

## **CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:**

**Thais Florencio de Aguiar:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição.

**Alexander Couto Englander:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição.

**Ronaldo Tadeu de Souza:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

## **MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES:**

Thaís Florencio de Aguiar é docente do IFCS/UFRJ. Coordena o Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET), co-coordena GT Acyse no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e integra o Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA-Amazônia).

Ronaldo Tadeu de Souza é docente do IFCS/UFRJ. Pesquisador no Cedec-Centro de Estudos em Cultura Contemporânea e no Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET) e membro do comitê editorial do Dicionário Marxista das Américas.

Alexander Couto Englander é doutor em sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (Nupet/IESP-UERJ), no Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ) e no Núcleo de Estudos Regionais (NERE/URCA).

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.